



## ACTA N.º 08/2006

Reuniu, aos 12 de Outubro de 2006, pelas 15H30, na sede da Ordem dos Advogados, sita à Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, o Conselho Nacional, sob a presidência do Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto, Bastonário da Ordem, com a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

- 1- Aprovação da Acta n.º 07/06;
- 2- Orçamento para o ano 2007;
- 3- Situação da Ordem dos Advogados em Cabinda e Benguela;
- 4- Análise da solicitação do levantamento do segredo profissional;
- 5- O papel da OAA educação cívica eleitoral;
- 6- Participações dos advogados na vida da Ordem;
- 7- Processos disciplinares;
- 8- Formalização da Comissão de Ética;
- 9- Reactivação da Comissão dos Direitos Humanos e Acesso à Justiça;
- 10- Diversos.

### Presenças:

Dr.ª Fátima Neto;  
Dr. Moisés David;  
Dr. António Joaquim;  
Dr.ª Solange Machado;  
Dr.ª Pulquéria Van-Dúnem Bastos;  
Dr. Martinho Nombo;  
Dr. Machila dos Santos;  
Dr.ª Teresa Marçal;  
Dr. Luís Filipe Pizarro.  
Dr. Arão Bula Tempo (na qualidade de Delegado da Ordem na Província de Cabinda).

### Ausências:

Dr. João André Pedro (injustificada);  
Dr. Valentim Comboio (injustificada);

Analisados e discutidos os pontos constantes da Ordem de Trabalhos ora aprovada, o Conselho tomou as seguintes deliberações:

1. Com algumas alterações, foi aprovada a Acta n.º 07/2006;
2. Os membros analisaram o projecto de orçamento da Ordem para o próximo ano, a apresentar ao Ministério das Finanças, atendo-se com ênfase nas previsões relativas às

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: [www.oaang.org](http://www.oaang.org)

E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola

aquisições de instalações para a sede da Ordem e do Conselho Provincial de Luanda, respectivamente, criação e implementação do Conselho Inter-Provincial Sul ( Huíla, Namibe e Cunene) e recomendaram as seguintes correcções ao documento:

-No ponto referente aos salários dos trabalhadores deve ser previsto 13 meses e não 12, atenta às percentagens mínimas legalmente estabelecidas para o subsídio de férias e de natal;

-Inclusão de uma rubrica referente aos encargos decorrentes da instrução dos processos disciplinares, no âmbito dos contratos de avenças actualmente celebrados entre a Ordem e os instrutores.

Na sequência da abordagem deste assunto, passou-se ao ponto 6 da Ordem de trabalhos, dado que as diversas actividades da Ordem têm comportado dispêndios financeiros consideráveis e, muitas das vezes, sem a esperada aderência e participação dos advogados.

Assim, foram avançadas as mais variadas razões para a fraca participação, de que o Sr. Bastonário tomou a devida nota, e foi recomendada a necessidade urgente de afixação dos placares nas várias Salas do Tribunal Provincial de Luanda, bem como foi reiterada a necessidade de conclusão do levantamento dos principais constrangimentos por que passam os advogados no desempenho da sua profissão, nas mais diversas instituições, recomendando-se, a esse respeito, que se oficie à Comissão criada para o efeito.

3. O Conselho foi informado pelos Srs. Drs. Martinho Nombo e Arão Bula Tempo, advogado com domiciliado em Cabinda e Delegado da Ordem em Cabinda, respectivamente, das repercussões e influência da situação político-social da Província no exercício da profissão da advocacia, bem como da evolução dos estágios e da obtenção de instalações para o funcionamento da Delegação da Ordem.

No concernente à primeira informação os membros foram unânimes em considerar que a intervenção da Ordem deverá ater-se estritamente à defesa dos direitos dos advogados, procurando assegurar o pleno exercício da advocacia, independentemente das especificidades e particularidades da situação vigente naquela parcela do território nacional.

Para o efeito, o Conselho fará deslocar àquela província uma delegação da Ordem integrada pelos Drs. Moisés David, Teresa Marçal e Luís Filipe Pizarro para se inteirar da situação por que passa o exercício da advocacia e, posteriormente, em princípio em Novembro do corrente ano, realizará uma reunião do Conselho Nacional na citada província, com o fim de abordar os problemas relacionados com o exercício da advocacia e a organização da Ordem ao nível local.

No tocante à Província de Benguela, o Conselho tomou nota da situação exposta pelo seu Presidente, Dr. Machila dos Santos, e recomendou a adopção de medidas tendentes a ultrapassar os estorvos à regularidade e organização dos estágios profissionais.

**Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)**

**TEL. 322777/326330**

**INTERNET: [www.oaang.org](http://www.oaang.org)**

**E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)**

**Contrib.N.º 0.95.507/00.0**

**Luanda - Angola**

4. Foi analisado o requerimento de levantamento da obrigação de segredo profissional firmado pela Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Godinho, dirigido ao Conselho Provincial de Luanda, na sequência da publicação pelo Semanário Angolense, na sua edição número 184, de uma matéria ligada à sua intervenção num processo negocial em que a contraparte do cliente que representava, em virtude de um substabelecimento que lhe foi passado pelo Dr. Carlos Feijó, foi seu cliente num processo judicial que tinha por objecto o bem ora em negociação.

Por haver indícios de que a requerente, Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Godinho, incorreu na violação de normas ético-deontológicas, designadamente, art.º 67.º da al. a) do n.º 1 dos Estatutos da Ordem dos Advogados, deliberou em não acolher a pretensão da requerente.

No que se refere à notificação da Direcção Nacional de Investigação Criminal ao Dr. José Santa Rosa para prestar depoimentos no âmbito de um processo que corre termos naquela Direcção em que o notificado representa uma das partes, de que foi dado conhecimento à Ordem, verificou-se que se tratou de um lapso do agente da DNIC que a subscreveu, bem como foi dado conhecimento aos membros das diligências desencadeadas na altura da ocorrência da situação no sentido acautelar os inconvenientes que dela poderiam advir.

5. O Conselho foi informado de um projecto sobre a educação cívica para o registo eleitoral a ser implementado em parceria com o Instituto Democrático Americano – NDI- o qual contempla, numa primeira fase, a realização de palestras e conferências em torno do pacote legislativo eleitoral, a fim de facilitar a compreensão e o entendimento dos cidadãos.

7. Uma vez mais, o Conselho reconheceu a urgência na necessidade de conclusão dos processos disciplinares instaurados ao Advogado Fernando Ginga, em virtude da pressão a que a Ordem está sujeita por parte dos participantes nos referidos processos e também da credibilidade da instituição perante a sociedade no que concerne à tomada de posição em situações em que os seus membros incorram na violação de normas ético-deontológicas.

8. O Conselho foi unânime em reconhecer a urgência da necessidade de reactivar e relançar a funcionamento da Comissão dos Direitos Humanos e Acesso à Justiça, tendo a esse propósito acolhido de bom grado a proposta do Sr. Bastonário de reunir com o actual Coordenador da Comissão, Dr. Moisés David, a fim de, entre outras, proceder-se à passagem de pastas, abordar e analisar a situação de vários projectos, nomeadamente o Projecto Pelos Direitos Humanos em Angola, financiado pela União Europeia, Intervenção dos Advogados Estagiários nas Esquadras Policiais e outros mais.

9. Foi focada a necessidade de diversificar, mediante descentralização, da representatividade da Ordem nos mais diversos actos e cerimónias, isto é no sentido de que a Ordem se possa fazer representar não apenas pelo Bastonário, como tem sido frequente, mas também por outros integrantes dos Conselhos Nacional e Provinciais.

Os membros referiram ser imperiosa a adopção de medidas com vista a melhoria da eficiência no atendimento do secretariado da instituição, sobretudo no concernente à funcionalidade do piquete pós laboral, que deve ser sempre desempenhado por um funcionário com domínio dos vários dossiers correntes.

**Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)**  
**TEL. 322777/326330**  
**INTERNET: [www.oaang.org](http://www.oaang.org)**  
**E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)**  
**Contrib.N.º 0.95.507/00.0**  
**Luanda - Angola**

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, quando eram 18H40M, dela se lavrando a presente acta, que depois de aprovada, será assinada pelo Bastonário.

Luanda, 14 de Outubro de 2006

O BASTONÁRIO  
  
Manuel Vicente Inglês Pinto

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)  
TEL. 322777/326330  
INTERNET: [www.oaang.org](http://www.oaang.org)  
E-Mail: [ordemadvogadosangola@netangola.com](mailto:ordemadvogadosangola@netangola.com)  
Contrib.N.º 0.95.507/00.0  
Luanda - Angola